Evocação Histórica do General Luís Maria da Câmara Pina

Tenente-Coronel Eng
Fausto Manuel Vale do Couto

Na história de cada organização e de cada Pátria, existe sempre um grupo de personalidades, geralmente restrito, cujo valor pessoal as distingue dos seus restantes concidadãos. Trata-se de figuras que, remetendo deliberadamente os seus interesses e ambições pessoais para segundo plano, aplicam a sua inteligência e o seu trabalho ao serviço de causas e projectos comuns, ultrapassando sucessiva e vitoriosamente as dificuldades com que se vão deparando, transformando o desejo de servir em lema orientador de uma vida de dedicação e entrega. A consagração destas personalidades, por parte das comunidades a que pertencem ou pertenceram, é assim desejável e porventura até imperativa, tal o valor do seu exemplo, para o fortalecimento da auto-estima e da consciência comum.

Este é, indubitavelmente, o caso do General Luís Maria da Câmara Pina, que justifica por inteiro a realização desta sessão, em que, no seio da instituição militar a que pertencemos, pretendemos evocar a sua pessoa e, por consequência, as suas superiores e distintíssimas qualidades, como Homem e como Militar.

A melhor forma que encontrei, para, num pensamento breve, sintetizar a personalidade do homenageado, é a de dizer que, sem sombra de dúvida, ele corresponde ao exemplo acabado de *"homem completo"*, no sentido *bergsoniano* da expressão. De facto, o Gen Câmara Pina foi, durante toda a sua vida, alguém que agiu como homem de pensamento e pensou como homem de acção, aliando o estudo e a reflexão permanentes, a uma acção decisiva, no desempenho das elevadíssimas funções que lhe foram cometidas, ao longo da sua carreira.

Luís Maria da Câmara Pina, nasceu a 19 de Junho de 1904, em Lisboa, na freguesia de Camões. Seu pai, era o General Adolfo César Pina, que foi Comandante da Escola Militar e sua mãe, a Sra D Maria Leonor Portocarrero da Câmara Pina.

Apesar de nascido em Lisboa, passou parte da juventude em Coimbra, morando no Paço

das Escolas com o avô materno e Reitor da Universidade, Professor Doutor Filomeno da Câmara. Nesta cidade efectuou os seus estudos secundários e universitários, tendo primeiro frequentado o Liceu José Falcão e depois a Faculdade de Ciências, onde, aos 21 anos, se licenciou com Distinção, (16 valores) em Matemática. Este período inicial da vida, envolvido num ambiente de estudo e reflexão, constituiu importante incentivo ao desenvolvimento de uma "faceta científica", marcando indelevelmente o seu espírito, de forma que o tempo se encarregaria de acentuar.

Mas, abdicando da carreira universitária, que poderia parecer o futuro natural para o jovem recém-licenciado, o Dr Luís da Câmara Pina regressou a Lisboa, onde, por imperativo de vocação, a que poderá não ter sido completamente alheia alguma influência paterna, se decidiu pela carreira militar. Para o efeito, no final de 1926 concorreu ao Curso de Engenharia da Escola Militar, sendo admitido e, consequentemente, integrado no respectivo Corpo de Alunos.

Foi promovido a Alferes de Engenharia, em 1 de Novembro de 1930, sendo colocado no Regimento de Telegrafistas, em Lisboa. Cerca de vinte e quatro anos depois, no dia 20 de Novembro de 1954, seria promovido a Brigadeiro, para, menos de dois anos passados, no dia 20 de Março de 1956 e aos 51 anos, ser de novo promovido, desta feita, a General. No dia 29 de Agosto de 1958, ascenderia ao mais elevado posto da hierarquia do Exército, ao ser nomeado Chefe do Estado-Maior, função que desempenharia durante cerca de 11 anos e que abandonaria, em 18 de Junho de 1969, por ter atingido o limite de idade. Poucos dias antes, a 29 de Abril, acabara de assumir a presidência da Direcção da prestigiada *Revista Militar*, onde substituíra o General Afonso Botelho.

Da sua folha de serviços, atestando os relevantes e distintíssimos serviços prestados, bem como a sua superior cultura e inteligência, constavam 18 louvores, para além do averbamento de numerosas e importantes condecorações, concedidas pelo Estado Português e pelos governos do Brasil, Espanha, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e República Federal da Alemanha.

Recordemos agora a sua carreira militar, desde a promoção a Alferes, até à nomeação para Chefe do Estado-Maior do Exército:

Começou por frequentar um curso de Telegrafia Sem Fios (TSF), no *Marconi College (Marconi's Wireless Telegraph Co., Ltd - Chelmsford College)*, no Reino Unido. Depois, em Março de 1937, o Tenente de Engenharia Câmara Pina partiu para Espanha, integrando o primeiro grupo de oficiais portugueses que, sob o comando do Gen Raul Esteves, constituiu a Missão Militar Portuguesa de Observação, durante a guerra civil que assolou o país vizinho, entre 1936 e 1939. Sendo oficial do Regimento de Telegrafistas, foi colocado junto de tropas nacionalistas de transmissões, primeiro no Quartel-General do Exército do Norte, do Gen Emílio Mola, depois em Segóvia, junto ao Comando do Regimento de Transmissões e, finalmente, na Divisão Guadarrama, do Gen José Varela.

Depois do regresso a Portugal, iniciou em 1937 a frequência do Curso de Estado-Maior,

que concluiu em 1940, com a classificação de Distinto. Foi promovido a Capitão neste mesmo ano, sendo desde logo nomeado professor deste curso, ingressando no Corpo de Estado-Maior no ano seguinte (1941).

Manter-se-ia no desempenho de funções docentes, como Professor do 1º Grupo de Matérias (Táctica Geral das Armas e dos Serviços), do Curso de Estado-Maior, até 1946. Neste ano, foi nomeado Adido Militar, junto da Embaixada de Portugal em Londres, tendo permanecido em funções na capital britânica, até 1953, data do seu regresso a Lisboa, para chefiar a Repartição de Logística do Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Durante o exercício de funções em Londres, integrou inúmeras delegações portuguesas a reuniões internacionais, sobretudo no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Destacou-se a sua participação, como Delegado Português à Conferência Luso-Belga, realizada em 1948, em Bruxelas; a representação do País em diversas comissões OTAN, bem como, a participação nas delegações nacionais, presentes em reuniões do Conselho desta organização, da sua Comissão de Defesa e dos seus Chefes de Estado-Maior.

Aquando do regresso a Lisboa, em 1953, o já Coronel de Engenharia Câmara Pina, seria agraciado com um louvor, concedido pelos Ministros da Defesa Nacional e do Exército, que realçaria *"inestimáveis serviços ao rearmamento do Exército e à Defesa Nacional, conduzindo melindrosas e muito difíceis negociações com as autoridades inglesas"*, a par da representação *"com muito brilho das Forças Armadas Portuguesas em várias conferências internacionais, fazendo-se considerar por entidades estrangeiras de grande projecção internacional… e… ocupando posições pessoais de relevo que pôs sempre ao serviço de Portugal"*.

No ano lectivo 1953-1954, o Coronel Câmara Pina frequentaria o Curso de Altos Comandos, que concluiria com a classificação de Muito Apto. Foi promovido a Brigadeiro em 1954, sendo logo em seguida nomeado professor deste curso, função que desempenhou até 1956. Em Março deste ano, aos 51 anos de idade, alcançaria a já referida promoção a General, assumindo, em 21 de Outubro de 1957, a Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares (ainda instalado em Caxias). Aí permaneceria, até à nomeação como Chefe de Estado-Maior do Exército.

Na brilhantíssima carreira militar, que, em traços gerais acabei de esboçar, existem dois períodos que porventura merecem maior destaque, tal a importância de que se revestem. Deles deu conta, por escrito, em passado relativamente recente, o General Bethencourt Rodrigues, seu Chefe de Gabinete no Estado-Maior do Exército, durante cerca de cinco anos e, mais tarde, Ministro do Exército. Permito-me chamar a atenção de VV. Exas. para a sua descrição, que farei, citando na íntegra o autor:

- 1941-1945: A Segunda Guerra Mundial fustiga a Europa. Desde 1937 e particularmente depois da declaração de guerra de França e Inglaterra à Alemanha que o Governo Português procura obter do governo britânico o fornecimento de material de guerra a fim de fortalecer a capacidade do País para enfrentar contingências na Península, Ilhas

Adjacentes e Ultramar. Não encontra, porém, receptividade no governo inglês, incapaz na altura de aceder às nossas pretensões.
Mas em 1941, as crescentes ameaças postas pela evolução da guerra levam a que se iniciem em Londres conversações de Estado-Maior sobre a defesa do Continente e das Ilhas Atlânticas.
A 30 de Maio do mesmo ano de 1941, em resposta a um memorando do Governo Português para o Governo Britânico, elaborado com base no relatório daquelas conversações de Estado-Maior, o Gabinete de Londres, em nota entregue ao nosso embaixador, lamenta que os seus recursos não lhe permitam satisfazer as necessidades portuguesas em material de guerra ou prestar assistência militar a tempo ou em escala suficiente para levar auxílio eficaz às forças portuguesas na defesa da metrópole e, nestas condições, "o Governo de Sua Majestade chegou à conclusão de que a melhor política a adoptar pelo Governo Português, logo que Portugal seja ameaçado, será a de transferir o Governo para os Açores e não oferecer na Metrópole mais do que uma resistência simbólica". Se o Governo Português concordar em seguir este rumo de actuação, o Governo britânico dará todo o auxílio possível, tornando-se indispensável destruir no continente tudo quanto possa servir ao inimigo e não possa ser transferido. E em 10 de Julho o governo de Lisboa comunica a Londres haver tomado a grave decisão de, no caso de ataque contra o Continente, se deslocar para os Açores.
Cabe agora entrar no planeamento desta transferência de órgãos de soberania e de administração e preparar o plano das destruições a realizar no Continente, trabalhos que se fazem em colaboração com delegados britânicos. O "plano das destruições" revestia-se de extrema sensibilidade; a par de competência técnica, requeria, da parte portuguesa, uma apurada percepção do interesse nacional de só destruir o que tivesse influência directa na condução da guerra e a vigorosa e esclarecida defesa deste ponto de vista face ao natural desejo da Inglaterra de criar todas as dificuldades ao invasor pela "destruição em massa de tudo o que possa ser utilizado pelo inimigo". O oficial português com o papel principal na discussão deste plano de destruições foi o Capitão Luís da Câmara Pina.
Decorre a guerra, com vantagens militares para os aliados, mas com uma intensa campanha submarina alemã no Atlântico, quando, em 18 de Junho de 1943, o governo britânico, invocando a Aliança, pede ao Governo Português que lhe sejam concedidas facilidades nos Açores, de natureza temporária e sem prejuízo da soberania portuguesa.
Cinco dias depois, em 23 de Junho, o gabinete de Lisboa dá a sua anuência de princípio ao pedido britânico, "para o efeito de se poderem examinar e assentar por mútuo acordo, em negociações gerais, as condições em que tais facilidades serão concedidas e de modo especial as providências a tomar para fazer face às consequências eventualmente delas resultantes".
Em conformidade e em segredo absoluto, chega a Lisboa uma delegação militar britânica para conversações com uma delegação portuguesa, chefiada pelo Almirante Botelho de Sousa: desta delegação faz parte novamente o Capitão Câmara Pina. Diz dele um dos componentes da missão britânica: "o seu inglês impecável e a sua útil maneira profissional de encarar os assuntos revelaram-se um verdadeiro bálsamo durante todas as sessões".
O acordo entre os dois governos é assinado em 18 de Agosto e nele se fixa o dia 8 de Outubro para a sua entrada em vigor (data para o início do desembarque de forças

britânicas nos Açores) e se inclui uma cláusula sobre a obrigação inglesa de fornecer material de guerra às Forças Armadas Portuguesas. Efectivamente, em Agosto começam a chegar a Lisboa quantidades maciças de armamento e adoptam-se medidas militares para fazer face às eventuais consequências da cedência das facilidades, entre as quais o planeamento de grandes exercícios militares em Outubro (manobras de Pegões). Mas mantém-se o segredo. Da delegação militar portuguesa chefiada pelo Brigadeiro Luís Lello, que, em Londres, concerta o plano daquelas medidas militares, faz parte o Major Câmara Pina, embora continue integrado na missão militar do Almirante Botelho de Sousa.
A guerra aproxima-se do seu termo, mas para o Governo Português há uma questão que não está encerrada: Timor. Desde 1943 que o gabinete de Lisboa manifestava aos Aliados a intenção de participar das operações que levassem à expulsão dos japoneses, instalados na ilha, por ocupação forçada, desde 19 de Fevereiro de 1942, na sequência de anterior ocupação, também forçada, por um destacamento de forças australianas e holandesas, em Dezembro de 1941. Pesa em todo o processo, da nossa parte, e da outra, o problema do comprometimento da neutralidade portuguesa e a situação em Macau, cercado por forças japonesas e acolhendo para cima de meio milhão de refugiados de todo o Oriente, pelo que as conversações e diligências diplomáticas se vão prolongando no tempo. Até que, no fim do Verão de 1944, ingleses e americanos se decidem pela abertura de conversações de Estado-Maior para definir a participação portuguesa na guerra a Oriente. As conversações iniciam-se em meados de Setembro, com a chegada a Lisboa duma delegação anglo-americana: a delegação portuguesa é chefiada pelo Almirante Botelho de Sousa e nela se encontra uma vez mais o Major Luís da Câmara Pina.
Integrado em todas as delegações militares portuguesas constituídas durante a 2ª Guerra Mundial, o então Major Câmara Pina é um desses oficiais - e as palavras são suas - que "não só trabalharam silenciosamente, tenazmente, afincadamente no estudo dos mais importantes problemas da Defesa Nacional, mas ainda (...) tomaram parte em difíceis e intrincadas conversações para regular todos os pormenores de uma actuação que a política militar do governo superiormente determinava."

Passaria agora a referir um segundo período, que decorreu entre 1958 - ano em que assumiu funções como Chefe de Estado-Maior do Exército - e 1969 - ano em que terminou o seu desempenho.

Antes de o fazer, parece-me no entanto oportuno, ressalvar um aspecto, porventura despiciendo para os mais velhos, mas com alguma importância, para quem tem menos presente a orgânica do Exército à época: a função do Chefe de Estado-Maior, que era efectivamente o principal responsável pelo seu funcionamento, uma vez que, o Comando do Exército era assegurado pelo respectivo Ministro.

A partir de Março de 1961, a situação em Angola deteriorou-se rapidamente, sem que o reduzido volume de forças do Exército ali existente, pudesse responder adequadamente à tumultuosa evolução dos acontecimentos. O seu reforço rápido, tornou-se assim imperioso.

Concebeu-se um plano para fazer face à nova situação, prevendo, nas suas fases iniciais,

o socorro a fazendeiros isolados e/ou cercados no Norte do território, a abertura de itinerários obstruídos e a implantação de um esboço de quadrícula, ocupando os pontos de maior importância estratégica. Em fases posteriores, pretendia-se o adensamento da referida quadrícula.

Com o General Câmara Pina como Chefe de Estado-Maior, há cerca de três anos, a adaptação do Exército a este tipo de guerra, fez-se sem grandes dificuldades. Em 1959, vários oficiais tinham sido enviados à Argélia, onde com ela tinham tomado contacto, permitindo o seu ensino no Instituto de Altos Estudos Militares, bem como, nas Escolas Práticas e Unidades. Nesta casa e durante o Ano Lectivo 1961-1962, o Curso de Estado-Maior elaboraria aliás, um conjunto de apontamentos, que serviriam de base à publicação de um manual - O Exército na Guerra Subversiva - ainda hoje actual, em várias das matérias tratadas.

Entretanto, em Abril de 1960 fora criado, em Lamego, o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), unidade dedicada ao estudo e prática da guerra subversiva, onde foram preparadas Companhias de Caçadores Especiais, as primeiras unidades do Exército a chegarem a Angola, onde prestariam relevantes serviços.

Pouco depois, em 1962, surgiria a ideia de instruir, também em Angola, unidades capazes de actuarem em pequenos grupos, nomadizando por alguns dias, com especial apetência no tiro e em deslocamentos em condições de insegurança. Assim nasceram os Comandos, que depois viriam também a actuar na Guiné e em Moçambique, com unidades instruídas localmente, ou no Centro de Instrução de Operações Especiais.

Permitam-me VV Exas, que, relativamente a este período, volte a citar na íntegra o General Bethencourt Rodrigues:

- 1958-1969: *Quando o General Câmara Pina é nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, em Agosto de 1958, há já sérias preocupações quanto ao Ultramar. No plano militar começam-se a adoptar algumas providências em que naturalmente o Chefe do Estado-Maior do Exército intervém de forma directa e de cuja execução assume inteira responsabilidade. E em Março de 1961 deflagra em Angola a luta armada. Então, e nos anos seguintes, há que destacar forças para as Províncias Ultramarinas e todo o aparelho militar metropolitano, com o Chefe do Estado-Maior à sua frente, entra em tensão e desenvolve actividade plena nas complexas tarefas de recrutar, instruir, preparar, armar, equipar, transportar, reabastecer, garantir condições de vida e de combate às forças que sucessivamente vão sendo enviadas para todos os territórios ultramarinos. Coube assim ao General Luís da Câmara Pina assumir nestes onze anos as suas pesadas responsabilidades num quadro de guerra subversiva, de passagem do tempo de paz para o tempo de guerra, de luta em diversas áreas separadas por grandes distâncias. Oficialmente é reconhecido que, na sua função, prestou serviços da mais alta importância, contribuindo com todos os recursos da sua grande experiência, esclarecida inteligência e firmeza de princípios para o estudo e resolução dos complexos problemas que neste período têm sido postos ao Exército.*

No dia 21 de Junho de 1969, três dias após a passagem à situação de reserva, o Gen Câmara Pina era nomeado Director do recém-criado Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, destinado a constituir um centro de estudo e reflexão, para civis e militares que pretendessem adquirir uma visão global, dos problemas ligados à Defesa. Aliviado das pesadas responsabilidades que sobre si haviam recaído, enquanto Chefe do Estado-Maior do Exército, o Gen Câmara Pina pôde dedicar-se, de alma e coração, às suas novas funções, empenhando-se profundamente na realização de cursos, onde conseguiu reunir as mais esclarecidas personalidades de todos os sectores da vida do País, ouvindo interessadamente os mais destacados conferencistas nacionais e estrangeiros. O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional ganhava assim dimensão internacional e estabelecia relações com os seus congéneres estrangeiros, ao mesmo tempo que, o seu primeiro director era convidado para membro honorário da Associação dos Antigos Alunos do Colégio de Defesa NATO, primeiro português a quem esta distinção foi concedida.

Referi até aqui, as altíssimas virtudes do homenageado, enquanto Militar. Naturalmente, não poderei deixar de o fazer também, relativamente à sua dimensão humana.

Enquanto Homem, o Gen Câmara Pina possuía um conjunto de qualidades, que o animavam como Chefe Militar. Quem teve o privilégio de com ele lidar directamente, deixou testemunho de um raro poder de comunicação, da sua natural e quente afabilidade, do ambiente de trabalho, em que a afeição pessoal era componente de realce, do entusiasmo da sua ansiedade criadora, do seu estímulo pela alegria de viver. Foi um Chefe Militar respeitado, admirado e estimado, exemplar para as gerações de oficiais que com ele privaram e lhe sucederam. Referindo-se à importância que atribuía às qualidades de carácter, viria aliás a escrever: *"O carácter é a pedra de toque dos militares: sem carácter, de nada serve a competência, a ilustração, ou até mesmo a coragem"*. O General Câmara Pina era um homem de carácter!

Não resisto a citar, face à oportunidade que se me oferece, uma notável síntese, publicamente apresentada pelo Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, acerca deste Grande Senhor da Instituição Militar: *"O General Luís Maria da Câmara Pina apresenta uma personalidade rica em variados aspectos e que se impõe considerar no seu conjunto. Nele se entrelaçam o militar de pura estirpe, o cidadão prestimoso, o Académico devotado, e o amigo exemplar. Do seu convívio dimana aquela força mental, que os franceses muito justamente apelidam de "racée", porque designa o perfeito equilíbrio da inteligência, da vontade e do afecto, a justa medida na apreciação das coisas, a tolerância nas relações pessoais, enfim, uma expressão de humanismo na mais bela acepção que esta palavra pode conter."*

O Gen Luís Maria da Câmara Pina, morreu em 16 de Março de 1980. Pouco tempo antes, num artigo de investigação da sua autoria, sobre Luís de Camões, publicado na Revista Militar, em Junho de 1979, iniciara o texto da seguinte forma:

"Um homem de talento faz tudo o que quer.
Um homem de génio só faz o que pode.

O génio provoca, de certo modo, uma limitação: quase que a genialidade se sobrepõe à personalidade, por assim dizer comandando-a, não a deixando desviar-se, obrigando-a a concentrar-se na sua essência própria e a continuamente manifestar essa essência em actos e palavras.
E assim, tudo o que o homem de génio faz e pensa e sente só adquire sentido quando a essa genialidade se reporta: fora da torrente do génio aparece-nos simplesmente um homem normal, talvez mais ensimesmado, menos comunicativo do que o vulgar, ou então, um homem agitado, insubmisso, desigual, por vezes inconsequente, amiúde desrazoável.
Camões, Einstein e quem sabe? Fernado Pessoa, podem constituir exemplo demonstrativo"

Logo após a sua morte, a mesma Revista Militar, publicava o seu número de Abril de 1980, com um artigo inicial dedicado à memória do Gen Câmara Pina, que citava exactamente este trecho, para logo de seguida concluir que *"O General Câmara Pina foi, inquestionavelmente, um homem de talento, de grande talento, porque fez o que quis: orientado pela sua fulgurante inteligência e riqueza de conhecimentos de alta cultura geral, sobre a Ciência Militar..., História de Portugal e Universal; foi um investigador polivalente, um estético por temperamento; foi um cientista porque licenciado em matemática e engenheiro; um literato de fina estirpe, como se reconhece nas obras que publicou e nos seus artigos escritos na Revista Militar e em outras revistas literárias e científicas, e nos discursos, orações solenes ou conferências que proferiu, algumas delas de improviso; foi um orador fluente, cativante, até por vezes "charmeur", quer se tratasse de falar em português, porque era fiel e escrupuloso adepto do português castiço que se deve falar em Portugal, quer em inglês, língua que dominava seguramente, dando-se o mesmo com o francês e... com o espanhol também; foi ainda um pedagogo, porque foi professor durante anos, dos Cursos de Estado-Maior, Altos Comandos e Director do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, e não se consegue ser pedagogo sem exercer muitos anos as tarefas do ensino."*

A grandeza da carreira do homenageado, implica permanentemente, para quem se atreva a evocá-la, o risco do pecado por omissão. Apesar deste facto, espero que a intervenção que agora finalizo, tenha descrito, de forma fiel, uma carreira militar brilhante, ao serviço da Instituição Militar e do País, no desempenho de funções exigentíssimas, impondo pesadas responsabilidades, às quais o General Luís Maria da Câmara Pina dedicou por inteiro todas as suas notabilíssimas qualidades humanas e profissionais, ao longo de uma vida exemplar, que representa distintíssima referência, para as gerações de Oficiais que lhe sobreviveram e lhe sucederam.

Termino, com a leitura do texto do louvor, com que, o Governo da República, através do então Ministro do Exército, agraciou o homenageado, aquando do fim do desempenho de funções como Chefe de Estado-Maior do Exército. A sua sobriedade, parece-me ser exactamente proporcional, na razão directa, à grandeza da carreira do General Luís Maria da Câmara Pina:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, louvar o general Luís Maria da Câmara Pina, pela elevada cultura, altas qualidades militares, espírito de

servir e total devoção à causa nacional, que, por forma distinta, constante e completa, demonstrou ao longo dos onze anos em que exerceu o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército.

Na preparação, organização, equipamento e mobilização das forças do Exército que, desde 1961, têm vindo a combater a subversão nas Províncias Ultramarinas, prestou serviços da mais alta importância, contribuindo com todos os recursos da sua grande experiência, esclarecida inteligência e firmeza de princípios, para o estudo e resolução de complexos problemas que neste período têm sido postos ao Exército.

Encarregado de difíceis e delicadas missões no País e no estrangeiro, assumindo numerosas vezes a responsabilidade da representação das Forças Armadas e do Exército em reuniões internacionais e em visitas a países aliados e amigos, pela dignidade e superior competência da sua actuação, sempre se impôs como um chefe militar respeitado.

Confirmando assim uma longa e brilhante carreira militar, os serviços prestados pelo general Câmara Pina ao Exército e à Nação devem ser assinalados como altos, extraordinários, muito relevantes e distintíssimos.

A vida do General Luís Maria da Câmara Pina, foi um exemplo límpido e brilhante, de dedicação e serviço ao seu País, que no tempo incerto do presente, refulge como guia, ajudando a manter o orgulho, e a auto-estima dos que lhe sucederam.

O General Câmara Pina serviu o Exército e as Forças Armadas, no cumprimento do seu dever; serviu a cultura, através da contribuição prestada ao património intelectual; serviu os amigos, a quem ofereceu a sua amizade constante e serviu Portugal, através da demonstração permanente do seu arreigado patriotismo.
Conservemos então, a imagem autêntica e valiosa dessa vida exemplar. Como se estivesse ainda entre nós.

Tenente-Coronel Eng Fausto Manuel Vale do Couto
Professor de Estratégia e História Militar no Instituto de Altos Estudos Militares.

Bibliografia

AAVV, Diário de Notícias - 18/6/1969; p. 7.
AAVV, Elogio do General Luís da Câmara Pina; Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.
AAVV, Militares que tiveram número na Academia Portuguesa da História - Esboço das suas carreiras profissionais; Arquivo Histórico Militar; Exposição bibliográfica e documental - 21 de Novembro de 1986.
ANTUNES, José Freire; A Guerra de África 1961 - 1974; Vol I, Temas e Debates; Outubro de 1996.

MARTINS, Humberto Buceta; General Luís Maria da Câmara Pina; in Revista Militar; nº 4 - Abril de 1980.
PINA, Luís Maria da Câmara; Camões Soldado; in Revista Militar; nº 6 - Junho de 1979.
RODRIGUES, José Manuel Bethencourt Conceição; O General Câmara Pina - Militar; in Independência - Revista de Cultura Lusíada; Ano I, 2ª Série, nº 2, Dezembro 1980.